

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.232.978/0001-00
Sacramento e Santa Juliana - MG

Empresa de Serviços
de Comercialização de
Energia Elétrica S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha

A ESCEE aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcionalmente a participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da ESCEE de 0,76% no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	ESCEE 0,76%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	84
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	378
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	81
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	160
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	76
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	38
				817

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria. Os Diretores da Companhia são remunerados pelo acionista controlador.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Clientes e Fornecedores e; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e são classificados conforme abaixo, quando aplicáveis:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Caixa e Equivalentes de Caixa e Clientes. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juro efetiva.

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa -				
Aplicações Financeiras	1.323	1.323	4.952	4.952
Concessionários e Permissivos.....	1.144	1.144	1.165	1.165
	2.467	2.467	6.117	6.117
Mantidos até vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários.....	1.171	1.163	2.977	2.970
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários.....	9.115	9.115	5.609	5.609
Passivos Financeiros:				
Fornecedores	68	68	66	66

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2014 e 2013.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado do, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Fornecedores.....	68	-	-	-	-	68
	68					68

16. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
	Saldo em 31/12/2014	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
Certificados de Depósitos			
Bancários.....	2.336	-	2.336
Letras Financeiras - Bancos (LFs).	4.730	-	4.730
Letras Financeiras do Tesouro ..	883	883	-
Debêntures	1.036	-	1.036
Outros.....	130	-	130
	9.115	883	8.232

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Comercialização

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor Técnico

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Administrativo

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador - CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2015.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG
Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7

Deloitte.

348 cm - 27 690345 - 1

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS



CIDADANIA

Nossa luta deve ser constante na preservação das nascentes de água.

ECONOMIZE

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS



CIDADANIA

Não acabe com a maior riqueza do nosso Planeta, a água.

ECONOMIZE